Mulheres camponesas e indígenas guarani e kaiowa em movimentos: questão agrária conflitos territoriais e soberania alimentar no Brasil

Cristiane Francelina Dias[*] y Lauriene Seraguza[**]

Este artigo enfoca os conflitos territoriais e as lutas por soberania alimentar no Brasil a partir da perspectiva das mulheres indígenas guarani e kaiowa e camponesas em seus movimentos. Tais movimentos podem ser entendidos como movimentação, agitação, atividade, bem como, como organizações sociais e políticas. Em ambos os casos, as mulheres estão no centro dos conflitos tanto das lutas pelo acesso, quanto à permanência na terra. A luta pela terra é compreensível quando se observa a monumental concentração de terras nas mãos de poucos representantes do agronegócio e do latifúndio e a cruel desigualdade social a ela relacionada. Partir desta totalidade, historicamente determinada, para compreender a particularidade das lutas das mulheres em seus movimentos é um caminho que decidimos trilhar, em que se contrapõe um modo de produção capitalista abjeto e violento versus diversas formas de resistências e de partilha do mundo, humanamente e ambientalmente mais viáveis e possíveis.

Palavras-chave: Mulheres Camponesas, Mulheres Indígenas Guarani e Kaiowa; Conflitos territoriais; Soberania Alimentar.

Guarani and Kaiowa peasant and indigenous women in movements: agrarian issues, territorial conflicts, and food sovereignty in Brazil.

This article focuses on territorial conflicts and struggles for food sovereignty in Brazil from the perspective of indigenous women and peasant women in their movements. These movements can be understood as mobilization, activity, as well as social and political organizations. In both cases, women are at the center of conflicts, both in the struggles for access to and permanence on the land. The struggle for land is understandable when one

[*] Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília – UNB. Professora da UFT e Professora Colaboradora UFGD. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-4564-8754. E-mail: cristiane.dias@uft.edu.br

[**] Doutora em Antropologia pela Universidade de São Paulo – USP. Professora da UFGD. Orcid: https://orcid.org/0000-0001-9825-6626 E-mail: laurieneolegario@ufgd.edu.br
Recibido: 13/11/25 Aceptado: 23/06/26

observes the monumental concentration of land in the hands of a few representatives of agribusiness and large landholdings, and the cruel social inequality related to it. Starting from this historically determined totality to understand the particularity of women's struggles in their movements is a path we have chosen to follow, in which an abject and violent capitalist mode of production is contrasted with diverse forms of resistance and sharing of the world that are more humanly and environmentally possible**.**

Keywords: Peasant Women, Guarani and Kaiowa Indigenous Women; Territorial Conflicts; Food Sovereignty.

Introdução

A reflexão que nos orienta neste trabalho parte da relevância em explorar a complexidade da luta pela terra no Brasil, assim como, a sua permanência na terra sob a perspectiva das mulheres campesinas e indígenas Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul[1]. Diante de um cenário cada vez mais violento mundialmente, a luta pelo acesso a terra e a luta para permanecer em seus territórios é uma constante cada vez mais difícil de realização nos países latino-americanos e especificamente no Brasil.

A análise que propomos nesse artigo parte da nossa atuação acadêmica e social junto aos movimentos socioterritoriais, entendidos aqui como "aqueles movimentos que existem porque eles produzem territórios e são produzidos pelos territórios (Fernandes, 2020, s/n)". A linha central de análise parte da compreensão do protagonismo das mulheres na luta pela terra, nos conflitos territoriais vivenciados, bem como nas estratégias políticas construídas enquanto alternativa de resistência. Entre essas estratégias, observa-se a busca por soberania alimentar como um motor que move as mulheres nas lutas cotidianas, as colocando no centro dos conflitos, mas também como protagonistas na produção dos conflitos em defesa da vida.

Para isso, o texto apresenta uma reflexão sobre a questão agrária no país, evidenciando processos de desigualdade territorial que impulsionam conflitos que tem ceifado a vida de dezenas de lideranças indígenas e camponesas na luta pela terra no Brasil. Entre estas, a emblemática luta territorial dos povos Guarani e Kaiowa no Mato Grosso do Sul/MS, que vem há quase um século,

[1] Este artigo é fruto de atividades de pesquisa desenvolvidas durante o estágio de Professora Visitante junto a Faculdade Intercultural Indígena no Programa de Pós-Graduação em Educação e Territorialidade da UFGD, realizado no período de 11/2024 a 07/2026 sob orientação da professora Lauriene Seraguza, co-autora deste trabalho.

reivindicando seus territórios tradicionais esbulhados com o esforço do estado brasileiro e construindo uma estratégia política de recuperação territorial que são as retomadas de terra que acontecem entre estes indígenas.

As retomadas são respostas a demora nos processos de regularização fundiária entre esses indígenas, ação registrada desde meados dos anos de 1970. Em diálogo, a luta dos camponeses pela terra se acentua no Brasil por meio de diversos movimentos sociais e toma corpo nacionalmente por meio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, continuador das lutas originárias pela terra. No estado de Mato Grosso do Sul o MST se expande principalmente a partir das ocupações de terra na década de 1980. Desde a constituição dos acampamentos até a realização dos assentamentos são as mulheres campesinas que estão a frente dos conflitos socioterritoriais, assim como, dos processos de produção de alimentos saudáveis.

Desta feita, a reflexão aqui desenvolvida vai ao encontro da atuação de mulheres nos distintos contextos frente a luta por acesso, mas também por permanência na terra, em que a ação de produção de alimentos se mostra estratégia eficaz no manejo da luta, da terra, dos parentes e do fazer vida, de acordo com os regimes de conhecimentos femininos específicos. Se não, vejamos.

Lutas indígenas e camponesas pela terra no Brasil

A realidade brasileira, bem como, a realidade latino-americana, está marcada por relações de dependência, o que explica, de certa maneira, a permanência de problemas elementares como a fome, a falta de moradia, de educação etc. A ausência de resolução, no âmbito do capitalismo dependente, dos problemas citados acima, considerados básicos e elementares para qualquer nação, é o que também se expressa em relação ao problema estrutural que é a questão agrária ou, a forma em que se estabelece a posse e uso da terra, no Brasil. A questão agrária, portanto, permanece como uma problemática crônica e insuprível dentro da lógica capitalista de desenvolvimento do campo. Na assertiva de Bernardo Mançano Fernandes os conflitos por terra são também determinados pelos modelos de desenvolvimento "territorial" rural impostos. Em suas palavras, "o conflito agrário e desenvolvimento são processos inerentes da contradição estrutural do capitalismo e paradoxalmente acontecem simultaneamente (Fernandes, 2013, p.174)".

O camponês latino-americano foi se constituindo historicamente de sujeitos sociais expropriados do campo indígenas, quilombolas, sem terra etc. São assim, denominados, os "despossuídos da terra" ou, os "condenados do

sistema". É o que irá constituir a força motriz dos movimentos sociais do campo, como afirma Cristiane Dias (2022):

> Os movimentos sociais do campo trazem em sua gênese, em sua formação, elementos da história da luta pela terra na América Latina. Estão intrínsecos, em sua constituição, os processos de resistências que perpassam a combatividade das comunidades indígenas frente ao poderio colonizador, as batalhas travadas no campo entre os negros escravizados e os seus algozes, bem como, todo o aprendizado acumulado dessas experiências, que se expressam nos quilombos, nas revoltas, nas guerrilhas, nos movimentos messiânicos, entre outros (p.386).

Esta realidade histórica que se perpetua no Brasil - desde o processo de colonização – um processo contínuo e sistemático de expropriação e concentração da terra é crescente a cada ano o que se comprova por meio dos estudos e dados censitários levantados. A partir dos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2017) aproximadamente 1% dos estabelecimentos rurais detêm aproximadamente 47,5% das terras utilizadas para a produção agropecuária no país. Na mesma linha de análise o Instituto Imaflora em 2020, demonstrou que o índice de Gini da distribuição da propriedade da terra no Brasil foi de 0,73 (quando a métrica se aproxima de 01 (um) a desigualdade é extrema), isto confirma o nível da desigualdade no campo. Esta mesma pesquisa aponta que enquanto os imóveis menores que representam 90% do total, ocupam somente 27% da área produtiva do país, em todos os estados brasileiros os imóveis maiores equivalentes a 10% do total detêm mais de 50% da área agrícola (Imaflora, 2020[2]).

O resultado dessa concentração arbitrária não traz o equilíbrio e o desenvolvimento social tão propalado pelas forças hegemônicas no poder, pelo contrário, como podemos observar segundo as observações de Campos (2011):

> Um perverso círculo vicioso de pobreza e exclusão com evidente recorte de gênero, na medida em que afeta, sobretudo, as mulheres. E todo esse processo tem um efeito multiplicador na sociedade, uma vez que é crescente o número de domicílios em que os rendimentos do trabalho feminino são a principal, quando não a única fonte de sustento (p.185).

Dessa forma o que se observa concretamente é que o aumento da concentração da terra vem acompanhado de muitas desigualdades, conflitos territoriais e violências. Em posse desses dados podemos entender em que patamar se estabelece o processo de modernização conservadora nos territórios camponeses e indígenas, ou seja, de que forma se configura e se territorializa o capital. O modelo de modernização aqui imposto, se insere no limite da dependência e do subdesenvolvimento. Na proposição de Campos (2011) um aspecto precisa ser levado em conta neste processo de expansão do agronegócio pois:

> quando se territorializa o capital, no caso específico os capitais do agronegócio, se territorializa a relação de exploração do capital sobre o trabalho, porque essa é condição precípua do processo de acumulação capitalista. E essa relação se tornou ainda mais assimétrica com as políticas neoliberais que ampliaram os benefícios para o capital e dificultaram as condições de reprodução da força de trabalho. Essa assimetria se materializa no território com a exclusão social e a pobreza que também se territorializam (p.185).

A necessidade da luta pela terra no Brasil torna-se compreensível quando se observa o quadro da concentração fundiária, exposta acima, e as suas consequentes mazelas sociais. Na assertiva de Comparato (2006):

> como todos sabem, as empresas de agronegócio, muitas delas estrangeiras, são as sucessoras entre nós dos antigos latifundiários. Se em contraste com estes últimos elas não deixam suas terras sem cultivo, desenvolveram na prática notável poder ofensivo, ao provocarem grave devastação do meio ambiente e explorarem – agora de modo muito mais radical – a mísera classe dos trabalhadores agrícolas. Com base na propriedade rural em avançada expansão, as novas empresas agroindustriais retomaram e acentuaram, no plano local, o poder político dos velhos senhores do campo (p. 15-16).

No caso específico Guarani e Kaiowa, a diversidade de situações territoriais as quais estão submetidos esses indígenas no estado brasileiro de Mato Grosso do Sul - onde juntos se aproximam de 60 mil pessoas (MAPA GUARANI, 2016) -, desde a fragmentação de seus territórios pela constituição dos chamados territórios nacionais, realça a singularidade de cada um destes indígenas em seus territórios específicos. Em Mato Grosso do Sul, o Estado Brasileiro, entre 1905 e 1928, reservou apenas oito pequenos pedaços de terra para que os Guarani e Kaiowa fossem assentados após serem

expulsos, majoritariamente, pelos agentes do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), atual Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI e suas terras liberadas para as frentes de avanço agropastoril, dando lugar a extensos plantios de monocultura, criação de gado e outros interesses não indígenas no início do século XX (BRAND, 1997).

Este processo de assentamento em espaços exíguos de terra - as reservas – foi denominado por Antônio Brand (1997, 1993) de "confinamento", e fez com que os indígenas permanecessem confinados nas reservas por quase cem anos. Muitos Guarani e Kaiowa resistiram à expulsão empregando-se como trabalhadores nas fazendas, para que pudessem continuar a usufruir do território. Entretanto, a partir dos anos de 1970, estes indígenas foram pressionados ainda mais pelo desmatamento crescente das poucas áreas de mata que ainda restavam no Estado e pela intensificação dos conflitos entre indígenas e os novos fazendeiros brancos que ali chegavam. Estes fatos decisivos, aliados ao inchaço populacional e aos inúmeros conflitos oriundos do confinamento nas reservas, justificaram um processo de retorno às terras - as *tekoha* - de onde os Guarani e Kaiowá foram expulsos pelos não indígenas e suas armas, através do que chamam de "retomadas", como forma de pressionar o Estado para a devolução e regularização de suas terras (Seraguza, 2023).

Partir desta totalidade, historicamente determinada, para compreender a particularidade das lutas das mulheres em seus movimentos é um caminho que decidimos trilhar neste momento em que se contrapõe um modo de produção capitalista abjeto e violento versus diversas formas de resistências e de partilha do mundo, humanamente e ambientalmente mais viáveis e possíveis.

O caminho que se segue neste e, portanto, em outros trabalhos que abordam esta temática, possui o mesmo fio condutor, ou seja, o retrato da resistência de sujeitos sociais que aprendem com a história e continuam suas lutas, constroem formas alternativas de organização, ligas, frentes, associações, movimentos, entre outras. Para Maristella Svampa a noção de movimentos sociais que prevalece na América Latina refere-se a ideia de um ator ou movimento social que questiona a lógica de dominação "esta definição forte implica a possibilidade de pensar os movimentos sociais como sujeitos potencialmente antagônicos e emancipatórios (Svampa, 2009, p.7)". Através dessas diferentes articulações de base campesina em relação com a sociedade em geral, estabelecem-se caminhos para a obtenção da legitimidade social necessária e imprescindível para o enfrentamento diário das diversas formas de subordinação, dependência e aniquilamento. Isso consequentemente tem

ocasionado vários casos de conflito e violência no campo. Segundo a Oxford Committee for Famine Relief **(**OXFAM) (2016):

> A crescente perseguição e criminalização de comunidades indígenas e camponesas, mulheres e homens que defendem a terra e os recursos naturais faz parte de uma estratégia de repressão que se estende por toda a América Latina. Utilizam-se táticas como a militarização dos territórios, os estados de exceção, a intervenção lado a lado de agentes de segurança privada e forças policiais e militares, ou ainda a instrumentalização do aparato judicial para deslegitimar o protesto social (p.8).

Assim, o que se verifica, no Brasil, a partir da análise das transformações na agricultura e das ações das entidades de representação patronal ou de classe do agronegócio, é que essas mudanças impostas no campo, a partir de sistemáticas expropriações, não poderiam estar separadas de um contínuo processo de violências. Segundo os registros publicados pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino da Comissão Pastoral da Terra (Cedoc-CPT), no ano de 2024 foram registrados 2.185 conflitos no campo, que abrangem questões de terra, água, trabalho e ações de resistência – em ocupações, acampamentos, retomadas, comunidades, assentamentos etc. O que este dado aponta tendo em vista a série histórica registrada desde 1985, é que o ano de 2024 foi o segundo maior em número de conflitos territoriais. Se observarmos esses dados no âmbito dos conflitos por terra, os anos de 2023 e 2024 revelaram uma tendência de crescimento dos casos sendo respectivamente 1.766 no primeiro e 1.768 no segundo.

O total de conflitos no campo em Mato Grosso do Sul registrados pelo Cedoc Dom Tomás Balduino – CPT (2025) foram de 132 casos em 2024, destes 99 foram por terra e envolveram 13.906 famílias. Estes conflitos territoriais no estado desencadearam, 132 casos de violência direta contra a pessoa em 2024, destes casos 68 foram de agressão, 54 tentativas de assassinato, 04 ameaças de morte, 03 prisões, 02 mortes em consequência dos conflitos e 02 assassinatos. Os dois assassinatos registrados foram de lideranças indígenas.

O aprofundamento da maximização dos lucros capitalistas no campo está vinculado com a consequente degradação e destruição dos ecossistemas. O seu processo de territorialização se impõe, portanto, sobre os modos de vida e as relações sociais pré-existentes nesses espaços rurais. Alteram-se os sentidos da vida em comunidade e do trabalho em sua relação de equilíbrio com a natureza. O que segundo Foster (2005) significará um processo de ruptura com a relação metabólica entre os seres humanos e a natureza, ou seja,

entre "o processo complexo, interdependente, que vincula os seres humanos à natureza através do trabalho (p. 224)".

Esta lógica destruidora dos seres humanos e da natureza teve um crescimento sem precedentes no Brasil. Quando observamos os registros dos casos de contaminação por agrotóxicos esta realidade salta aos olhos. Segundo os dados registrados pelo CEDOC, se em 2023 tivemos 32 casos que atingiram 2.498 famílias, em 2024 este percentual sobe 763%, o que representou 276 casos e atingiu 17.027 famílias. Se olharmos para a particularidade do estado do Mato Grosso do Sul observa-se que em 2024 foram registrados 17 casos relacionados a intoxicação por agrotóxicos, o que atingira um número de 7.538 famílias. Mesmo sob estas violações as populações camponesas e indígenas resistem, é o que podemos observar neste reconhecimento expresso pela OXFAM (2016) que:

> Graças a ação coletiva, hoje existe mais que em qualquer outro momento informação e preocupação em relação aos danos ambientais associados ao extrativismo. Por outro lado, nunca antes a vida de ativistas, jornalistas e defensores e defensoras esteve tão em perigo. Na luta pela terra e defesa dos direitos humanos, os movimentos sociais – em particular a Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC-VC) e a Rede Centro-americana de Mulheres Rurais, Indígenas e Camponesas (REMURIC) – têm desempenhado há anos um papel preponderante em momentos cruciais, por conseguir atender essa demanda essencial para as comunidades indígenas e camponesas (p.8).

Mesmo que na prática, o que se verifica é o descaso com as famílias que vivem no campo, as tentativas de invisibilizar a sua existência e de deslegitimar suas lutas, elas portanto, resistem e denunciam veemente a natureza insustentável da agricultura capitalista. Suas ações e lutas demonstram que a indústria e a agricultura em larga escala se conjugaram para empobrecer o solo e o trabalhador. O que assertivamente Marx (2006) apontava:

> Na agricultura moderna, como na indústria urbana, o aumento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho obtêm-se com a devastação e a ruína física da força de trabalho. E todo progresso da agricultura capitalista significa progresso na arte de despojar não só o trabalhador, mas também o solo; e todo aumento da fertilidade da terra num tempo dado significa esgotamento rápido das fontes duradouras dessa fertilidade [...] A produção capitalista, portanto, só desenvolve

> a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador (p. 571).

As relações capitalistas no campo sempre estiveram associadas, por meio do trabalho, a uma profunda e sistemática transformação da natureza. Esta relação mediada pelo trabalho, que sob o capitalismo é alienado, remete a uma transformação da relação humana com a natureza, ou seja, não nos reconhecemos no trabalho e tampouco como partícipe da natureza.
Se pensarmos na exponencial capacidade produtividade que temos hoje a nível mundial e relacioná-la aos dados divulgados pela edição de 2024 do Relatório das Nações Unidas sobre o Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo – FAO (2025), a situação é extremamente contraditória, ou seja, se por um lado temos um elevado resultado produtivo por meio das técnicas agrícolas e da capacidade de armazenamento, por outro há milhares de pessoas privadas do acesso a esse direito básico humano.
Segundo esses dados, estima-se que 8,2% da população mundial — cerca de 673 milhões de pessoas — tenham enfrentado a fome em 2024. A prevalência global de insegurança alimentar moderada ou grave em 2024 — avaliação que considera restrições de acesso a alimentos adequados durante parte do ano, atingiram 2,3 bilhões de pessoas no mundo. Na América Latina e Caribe mesmo com uma redução na prevalência da subalimentação (PoU) ainda registram 34 milhões de pessoas em situação de fome. Não ter o que comer ou, se alimentar aquém das suas necessidades básicas, fere princípios fundamentais que garantem a sobrevivência de nossa própria espécie.

Mulheres camponesas e indígenas guarani e kaiowa em movimentos

Estas questões levantadas e evidenciadas pelos dados, são historicamente bandeiras de lutas e de resistências das mulheres em seus movimentos. A agricultura tal como as mulheres ancestrais desenvolveram e cultivaram, não corresponde hoje aos mesmos objetivos, não está voltada para atender as necessidades da comunidade. Em termos atuais, a agricultura industrial e sua correspondente produção de grãos está voltada para a lucratividade no mercado de *commodities.* Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB (2025) a safra 2024/25 de grãos no Brasil "atinge novo recorde" com 350,2 milhões de toneladas. Nos perguntamos, sob montanha de grãos, por que ainda temos pessoas com fome e insuficiência alimentar no país?
As teses defendidas por Josué de Castro em 1957, demonstrava que a fome e a desnutrição são resultantes das relações sociais e de produção estabelecida

pela sociedade. Portanto uma problemática social oriunda da forma em que se desenvolve a organização social da produção e a distribuição dos alimentos. Nas palavras do autor "a fome traduz sempre um sentimento de culpa, uma prova evidente de que as organizações sociais vigentes se encontram incapazes de satisfazer a mais fundamental das necessidades humanas – a necessidade de alimentos (Castro, 1957, 23-24)".

Tragicamente muitos dos elementos tratados e descritos pelo autor naquele período são também vivenciados por nós na atualidade. Os avanços tecnológicos logrados pela humanidade não se transformaram em mudanças estruturais capazes de eliminar problemas básicos e elementares como a fome, a ausência de moradia, a falta de acesso à água tratada, a concentração da terra etc. Os apontamentos do autor para aquela realidade determinada, traz para nós elementos que refletem a nossa cotidianidade, quando a fome ainda nos assombra e as desigualdades sociais são cada vez mais acentuadas. Em suas palavras a atmosfera que está presente na sua obra era a que o mundo respirava naquele momento, uma "atmosfera abafada pela fumaceira das bombas e dos canhões, pela pressão das censuras políticas, pelos gritos de terror e de revolta dos povos oprimidos e pelos gemidos dos vencidos e aniquilados pela fome (Castro, 1957, p. 28)".

Como podemos ver, a problemática da fome nos acompanha por longa data e, foi tratada na década de 70 do século XX como uma questão de atraso tecnológico dos países subdesenvolvidos. Como solução, foi exportado para os nossos países um pacote conhecido como Revolução Verde, onde empresas transnacionais norte-americanas escoavam seu passivo tecnológico de guerra – adaptados para a agricultura, ou seja, vendiam suas máquinas, adubos e venenos agrícolas. Isso na prática não resolveu o problema da fome no mundo, mas transformaram essas empresas em grandes grupos internacionais oligopolistas, controlando a oferta de insumos para a agricultura, a produção agrícola e o comércio dos alimentos.

Na maioria dos países, o resultado foi a exorbitante concentração da propriedade da terra e da produção, o êxodo rural, as migrações, o empobrecimento dos povos originários e camponeses e a intensificação da fome no mundo.

Numa conversa realizada com uma liderança kaiowa numa retomada na região da Grande Dourados, em Mato Grosso do Sul, ela contava que, antes de se separem de sua parentela que vivia numa outra área de retomada, não podiam plantar, porque viviam numa área de reserva legal dentro de uma fazenda de monocultura e eram impedidos de qualquer cultivo. Situação completamente diferente da atual em que vivem em uma área retomada –

mesmo que ainda não regularizada em sua totalidade, oferta melhores condições para viverem.

Quando confinados na reserva legal da fazenda, o que ocorreu por mais de uma década, a liderança kaiowa dizia que viviam dos alimentos advindos do grande agronegócio, industrializados, envenenados, como os viam nascer nos cultivos na fazenda ao redor de sua aldeia. As crianças cresciam sem aprender como nasciam e cresciam os alimentos e tinham a saúde fragilizada. Os motivos foram suficientes para que fizessem uma nova retomada.

Questão parecida foi registrada no Trabalho de Conclusão de Curso do Magistério Indígena Guarani e Kaiowa - Ara Vera da pesquisadora Kaiowa Marisol de Almeida. Em sua pesquisa, Marisol relata que: "A minha mãe sempre comprava mandioca do mercado. Um dia perguntei para ela, mãe se um dia a senhora tiver e ou voltar para nosso território, o que você plantaria primeiro? Sem pensar, ela respondeu, a rama de mandioca, e hoje ela tem muita rama de mandioca e de vários tipos na sua roça. [...] Mesmo sendo um lugar onde tem muita terra para os brancos plantarem milho e soja, tem pouca terra para os indígenas plantarem a rama de mandioca para sustentar a suas famílias. "Mas mesmo com a pouca terra que temos em volta da nossa casa, fazemos uma roça saudável e alegre com a nossa família." (Almeida, 2023, p.13).

"Retomada não é invasão" é uma expressão muito comum de ser ouvida entre os Kaiowa e Guarani e tem se tornado uma resposta pronta frente às inúmeras acusações que sofrem estes indígenas em Mato Grosso do Sul, sendo constantemente nomeados por invasores em suas próprias terras. A difusão desta ideia, vem colada ao estereótipo já bastante difundido e registrado por diversos pesquisadores (Pereira, 1999, 2004; Crespe, 2015; Cariaga, 2019) e se trata de uma falácia, de uma subversão histórica - afinal, quem são os invasores? São aqueles acusados de "atrapalhar o desenvolvimento"? os contrários à destruição de florestas e rios e ao uso indiscriminado de agrotóxicos? – são as "pessoas da terra"?. O agronegócio tem se tornado o símbolo do Estado do Mato Grosso do Sul, vendido como portador de terras férteis para a produção de alimentos destinados a "alimentar o povo brasileiro". (Seraguza, 2023).

Mas o que produz o agronegócio além da monocultura e pecuária utilizada para exportação? Qual riqueza, e para quem, traz o agronegócio, além da notável devastação das matas, rios e solos da região? Que desenvolvimento é este que mata, destrói e vende a vida das pessoas? O que da produção do grande agronegócio sul-mato-grossense é consumido pela população local?

Já as retomadas aparentam ser uma recusa à violência a que foram historicamente submetidos homens e mulheres guarani e kaiowa e a promessa de fazerem ali "nascer tudo outra vez" - as relações com os parentes, a natureza destituída, os conhecimentos esquecidos, o tempo perdido (Seraguza, 2023).

Adentramos ao ápice do desenvolvimento do capital mundial e a fome não foi superada, pelo contrário, o direito fundamental a alimentação é sistematicamente violado em nome da lucratividade de poucas empresas. Essas transnacionais mantém o domínio sobre a produção e o comércio de produtos alimentícios subordinando o acesso a eles às condições do lucro e da acumulação. Desta feita, o controle empreendido por elas no mercado de alimentos, mantém os alimentos concentrados e sob o controle de uma mesma matriz de produção.

Para enfrentar a problemática exponencial da fome na década de 90 foi criada pela Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas – FAO/ONU, o conceito de Segurança Alimentar, nesta perspectiva, são feitas deliberações periódicas para que governos, por meio de políticas públicas, assegurem a oferta de alimentos básicos a população de seus países. No entanto as políticas públicas, até o momento, implementadas são insuficientes para resolver o problema da fome e da desnutrição, ou seja, são incapazes de enfrentar estruturalmente o poder das grandes empresas transnacionais detentoras do controle das cadeias alimentares mundiais.

Diante deste impasse, são os movimentos socioterritoriais, e principalmente as mulheres que irão denunciar que um pequeno grupo de empresas transnacionais são detentoras do domínio da produção de sementes, dos insumos agrícolas e, consequentemente da produção e o comércio dos alimentos em todo mundo. Desta feita as mulheres da Via Campesina elaboram um conceito de soberania alimentar, que propõe enfaticamente que além das pessoas terem acesso aos alimentos, as populações de cada país têm o direito de produzi-los. Isto significa na prática que cada comunidade, região, povo têm o direito e o dever de produzir seus próprios alimentos. Como reitera Dias (2022) sobre o MST e a Via Campesina:

> Dentre as principais bandeiras dos movimentos que compõem esta organização estão a soberania alimentar e a reforma agrária integral. Estes conceitos não são estanques ou meras abstrações teóricas; suas formulações adquirem consistência no âmbito das lutas e enfrentamentos dos diversos movimentos, em particular. Adquire universalidade quando seu significado extrapola a particularidade,

> local, nacional ou regional e passa a compor a práxis organizativa internacional (p.222).

Os movimentos sociais ao defenderem a soberania alimentar irão partir do princípio básico do alimento como um direito humano e a sua produção e distribuição como indispensáveis para a soberania popular e nacional. Em sua proposição os bens necessários à vida humana não devem ser expropriados. Um trecho da música "Gente" de Caetano Veloso, chama a atenção e dá visibilidade a esta gente que resiste e luta contra a fome neste país. "gente lavando roupa, amassando pão. Gente pobre arrancando a vida com a mão. No coração da mata, gente quer prosseguir. Quer durar, quer crescer, gente quer luzir [...] Gente é pra brilhar. Não pra morrer de fome[2]".

Vivemos um período em que humanamente superamos o problema de escassez ou insuficiência tecnológica que era considerada um problema para se produzir o suficiente para alimentar a humanidade. No entanto, as populações de todo o mundo, são hoje capazes de sobreviver e se reproduzir dignamente em seus territórios, desde que tenham as condições objetivas para esta realização sem embargos e bloqueios. Com o conhecimento ancestral, popular e científico que temos construído ao longo de séculos podemos garantir em nossos territórios a produção de alimentos diversificados, nutritivos e suficientes para a reprodução social dos seres humanos.

Portanto, a luta das mulheres e dos povos pela soberania alimentar propõe políticas de mudanças estruturais como a Reforma Agrária Popular, a Demarcação dos Territórios Indígenas e Quilombolas etc. se refere ao direito ancestral dos povos de controlar as suas sementes, terras e água. O direito de decidir o que produzir, a maneira de plantar, a forma de colher, de organizar, de distribuir e de consumir os alimentos de acordo com as necessidades das suas comunidades.

Esses movimentos se expressam nos processos de luta pela terra em diversos canto do Brasil, nas ocupações e acampamentos Sem Terra, a partir de retomadas das terras indígenas, por meio das demarcações das terras indígenas e quilombolas, na resistência permanente nos territórios. É o que reflete a declamação insurgente da cantora indígena Guarani Kaiowá MC Anarandà:

[2] Música "Gente" de Caetano Veloso, disponível em: https://caetanoefoda.blogspot.com/2021/04/gente-caetano-veloso.html. Acesso em 15 de out. de 2025 as 11:37.

> Acredite em mim que eu conto a sua história. Através da rima a aldeia resiste. Somos a voz dessa terra. Somos protetores da natureza. Sou a minha irmã. A voz das mulheres. Sou o futuro das minhas sobrinhas indígenas e sou presente da minha vó. Assim eu vou rimando sobre minha cultura. Nós indígenas sempre sofrendo muito, mas nunca paramos de lutar. Somos atacados por racismo e preconceito, temos a esperança de que a igualdade vai chegar[3]!

As ações se transformam em princípios que movem as lutas das mulheres Sem Terra, camponesas, indígenas e quilombolas, os seus movimentos são direcionados pelo princípio do *Bem viver*, ou seja, pelo respeito a mãe terra e pela supressão da lógica destrutiva do capital determinada pela lucratividade comercial. É a luta em defesa do direito dos povos de cuidar e controlar seus territórios, de prover e preservar os seus recursos naturais, de garantir a sua reprodução e integração social com base em interesses coletivos e comuns de diversos povos e etnias.

Considerações Finais

Considerando-se os estudos sobre a questão agrária no Brasil, a centralidade de análise neste artigo foi demonstrar algumas das formas em que se expressam os conflitos territoriais no Brasil e as formas de resistência das mulheres contra a ordem do capital no campo por meio da luta pela soberania alimentar.

Nossas análises se voltaram para a contradição social do capitalismo no campo, sob a perspectiva da luta das mulheres indígenas guarani e kaiowa e camponesas em seus movimentos, principalmente no MST e Via Campesina. São elas historicamente as guardiãs da terra, das sementes e da nossa sociobiodiversidade. Mas são elas também as que estão no centro dos conflitos tanto das lutas pelo acesso à terra como das lutas pela permanência na terra.

No seu fazer cotidiano as mulheres direcionam estrategicamente os rumos para a sobrevivência de toda uma coletividade. Os aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais etc. estão presentes em suas bandeiras de luta pois, são elas que fazem a gestão da comida na eminência da fome, aquelas

[3] Clipe da música “Che machu mandu´ákuemi” (As lembranças da minha avó). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=lraJ8C3PvbE. Acesso em 15 de out. de 2025 as 11:04h.

que se subalimentam para garantirem a reprodução da vida, as que plantam ao redor da casa nos quintais produtivos para garantirem a subsistência da família e as que estão nas primeiras fileiras das lutas em cenários de enfrentamentos. São elas que pautam na sociedade o respeito à vida, à biodiversidade, aos bens naturais e sociais do planeta, assim como a transformação radical da estrutura agrária por meio da realização de reformas agrárias integrais.

As mulheres em seus movimentos nos apresentam dois caminhos possíveis e contrapostos, o primeiro ancorado no modo de produção capitalista no campo, que expropria, violenta e concentra a terra, que destrói a nossa biodiversidade e empurra para a pobreza e fome, tanto os camponeses e indígenas como os trabalhadores e trabalhadoras das cidades. E outro, que propõe um modo de produzir soberano, justo e sustentável baseado na produção de alimentos com qualidade e quantidades suficientes para alimentar e suprir as necessidades da população de cada território, respeitando a sua cultura, etnia e diversidade. Em qual deles a humanidade seguirá? Não sabemos! Mas será com certeza uma questão para vermos expressa no campo, nas aldeias, nas cidades e nas próximas lutas!

Bibliografía

Almeida, G. B. (2023). *LARANJEIRA NHANDE'RU: Plantio de rama de mandioca (mandi'o)*. Trabalho de Conclusão de Curso Magistério Indígena – Ara Vera.

Brand, A. J (1997). *O Impacto da Perda da Terra sobre a Tradição Kaiowá/Guarani:* os difíceis caminhos da palavra. Tese de Doutorado em História, Porto Alegre: PUC/RS. https://www.historiografia.com.br/tese/3316

Brand, A. J. (1993). *O confinamento e o seu impacto sobre os Pãi-Kaiowá.* Dissertação de Mestrado. PUCRS. https://www.historiografia.com.br/tese/1789

Campos, C. S. (2011). *A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio***.** Buenos Aires: CLACSO.

Cariaga, D. E. (2019). "*Relações e Diferenças: a ação política kaiowa e suas partes*". Tese de doutorado em antropologia social. https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/204486

Castro, J. (1957). *Geografia da Fome*. São Paulo: Brasiliense.

Comparato, F. K. (2006). Prefácio. *In*: MELO, João Alfredo Telles (org.). *Reforma agrária quando?* CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil. Brasília.

CONAB. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (2025). *Boletim da Safra de Grãos*: 12º Levantamento - Safra 2024/25. Brasília: CONAB, v. 12, n. 12, set. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/conab/pt-br/atuacao/informacoes-agropecuarias/safras/safra-de-graos>. Acesso em: 7 ago. 2026.

CPT. Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno. (2024). *Conflitos no Campo Brasil 2024*/Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno. — Goiânia, GO: Comissão Pastoral da Terra.

Crespe, A. C. (2015). Mobilidade e Temporalidade Kaiowá: Do Tekoha À "reserva", Do Tekoharã Ao Tekoha. Tese de doutorado apresentada no programa de pós graduação em História, UFGD. https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/4591

Dias, C. F. (2021). *Questão Agrária no Brasil e Argentina: práxis e consciência em movimento*. São Paulo: Dialética.

FAO, FIDA, OMS, PMA y UNICEF. (2025). *Versión resumida de El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2025: Hacer frente a la inflación alta de los precios de los alimentos en aras de la seguridad alimentaria y la nutrición*. Roma. https://doi.org/10.4060/CD6015ES.

Fernandes, B. M. Questão Agrária: Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial. *In:* STEDILE, João Pedro. *A questão agrária do Brasil*: o debate da década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

Fernandes, B. M. Professor da Unesp explica o que é o conceito de Movimento Socioterritorial. Podecast UNESP, 4 st. 2020. (podcast). Disponível em: https: podcast.unesp.br/?busca=bernardo+mançano. Acesso em 7 ago.2026.

Foster, J. B. (2023). *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. (P. João, Trad.; cedida por Montly Review Press). (Original Marx's ecology: materialism and nature 2000)São Paulo: Expressão Popular.

IMAFLORA. (2020). Disponível em: https://admin.imaflora.org/public/media/biblioteca/relatorio_anual_2020.pdf. Acesso em 15/10/2025, as 11:57h.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2017). Censo Agropecuário 2017. https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html

MAPA GUARANI CONTINENTAL. 2016. Disponível em: http://guarani.map.as/#!/ .

Marx, K. (2006). *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro I, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. (11 de setembro de 2025). https://www.gov.br/conab/pt-br/assuntos/noticias/producao-de-graos-atinge-novo-recorde-com-350-2-milhoes-de-toneladas-colhidas-na-safra-2024-25.

OXFAM, Internacional. (30 de novembro de 2016). *Terra, Poder e Desigualdade na América Latina***.** (Resumo Executivo, estudo escrito por Arantxa Guereña, sob a direção de Stephanie Burgos). Reino Unido, 2016. https://www.oxfam.org.br/publicacao/relatorio-executivo-terra-poder-e-desigualdade-na-america-latina/

Pereira, L. M. (2004). *Imagens Kaiowá do Sistema Social e seu Entorno*. [Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade de São Paulo]. Repositório Digital de Teses e Trabalhos de Pesquisa USP. https://repositorio.usp.br/item/001387239

Pereira, L. M. (1999). *Parentesco e organização social Kaiowá*. [Dissertação de Mestrado em Antropologia Social) UNICAMP. https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/179239?guid=4debb94995135b49e6f9&returnUrl=%2fresultado%2flistar%3fguid%3d4debb94995135b49e6f9%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d179239%23179239&i=2

Svampa, M (2009). *Mudança de época: movimentos sociais e virada à esquerda na América Latina*. Buenos Aires/São Paulo: Coedição CLACSO.

SERAGUZA, L. (2023). *As Donas do Fogo - política e parentesco nos mundos guarani*. Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da USP.